



PRÁTICAS DE ENSINO E EDUCAÇÃO POPULAR NO CAMPO: UMA VISITA DA GEOGRAFIA ÀS EXPERIÊNCIAS DE VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA E ALTERNÂNCIA EDUCATIVA

Eduardo José Pereira Maia/Universidade Federal de Viçosa

eduardomaia@ufv.br

O CONTEXTO

O presente trabalho pretende compreender as novas dinâmicas e configurações espaciais do campo mediadas a partir das experiências de construção escolarizadas de Educação Popular. Para trazer essa compreensão objetiva-se entender como se desenvolvem alguns processos de construção de conhecimentos do campo e como eles se relacionam em diferentes escalas espaciais e temporais. Com isso, torna-se necessário uma reflexão sobre as possibilidades e limites de articulação dessas diversas formas de conhecimento. Nesse contexto, foi idealizado um “espaço de construção de saberes”, que permitisse aos jovens filhos de agricultores familiares da região de Espera Feliz – MG o estudo e a troca de conhecimentos em diversos momentos educativos, visando inicialmente à preparação para o vestibular. Este “espaço” criado em 2008, está sendo monitorado desde então. O monitoramento ocorre mensalmente durante as ações de extensão do projeto Educação Popular Tecendo Sonhos.

A criação deste “espaço de construção de saberes” partiu de intercâmbios realizados e laços anteriormente construídos por meio de alguns projetos de extensão universitária do Programa Teia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Espera Feliz. A falta de perspectiva dos estudantes filhos de agricultores familiares egressos do Ensino Médio em continuar os estudos fez com que emergisse a necessidade de buscar meios para a inserção destes estudantes na universidade pública. Diante disso, em fins de 2007 formou-se um grupo de articulação envolvendo os STRs de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó, a UFV, o centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), estudantes e

educadores voluntários, que passou a discutir os objetivos e as reais possibilidades de criação de um espaço que proporcionasse ao estudante a preparação para o vestibular ao mesmo tempo em que discutisse a educação popular no contexto de uma educação do campo e que entendesse esse processo no âmbito das transformações em contextos próprios do espaço rural.

O projeto, ainda hoje, conta com uma equipe pedagógica integrada por agricultores familiares, jovens, representantes dos STRs, educadores, educadoras e estudantes dos municípios de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e da UFV. E, também, recebe o apoio de parceiros que compartilham os mesmos princípios de educação libertadora, de construção de redes de solidariedade e de busca pela valorização do saber popular em diálogo com o saber escolar e científico. Integram essa rede de parceiros o CTA-ZM, o Programa Teia, a Associação Intermunicipal Naturalista dos Terapeutas Populares de Espera Feliz (TERAVIDA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (COOFELIZ).

Espera Feliz, Caparaó e Caiana são municípios da Zona da Mata mineira com, respectivamente, 20.528, 5.000 e 4.367 habitantes, nos quais a agricultura familiar desempenha um importante papel na economia local e a população rural representa aproximadamente 45, 64 e 60%, respectivamente. Os dados educacionais mostram indicadores preocupantes. A média de anos de estudo é de 3,8; 3,5 e 3,8 anos; a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com 12 anos ou mais de estudo é de 2,12; 1,38 e 1,05% e a porcentagem desses jovens com acesso ao Ensino Superior é de 2,02; 1,3 e menos de 1% (0,07) para os municípios de Espera Feliz, Caparaó e Caiana, respectivamente (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000).

Diante desse contexto e considerando um conjunto de especificidades locais, entende-se a relevância de uma mobilização que garanta o acesso à educação formal superior bem como o respeito às formas de vida e trabalho do campo. Nesse sentido, deve-se tomar cuidado com as representações sociais sobre o meio rural e preocupar-se com uma educação que dialogue com os saberes produzidos a partir da lógica do campo. O desafio está sendo em investigar de que forma os saberes produzidos pelas comunidades rurais envolvidas no projeto tecendo se articula com aos conteúdos tratados e sob a ótica no processo de seleção do vestibular.

Reconhecemos que essa iniciativa se insere em um conjunto mais amplo da educação, na medida em que existem outras experiências de Educação Popular, assim

como políticas públicas efetivas voltadas para a educação do campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, por exemplo, são frutos de reivindicações e mobilizações das organizações e movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade para os povos do campo. O debate e as conquistas, porém, não devem se limitar ao acesso do estudante do meio rural a níveis de escolaridade, mas, sobretudo, o acesso a uma educação que valorize a cultura e suas vivências. Também não nos preocupamos com os programas e currículos oficiais para educação do campo, mas com as metodologias utilizadas nas práticas pedagógicas cotidianas. Nesse sentido, procuramos diagnosticar e testar algumas metodologias e com isso promover a aproximação e/ou a tensão entre conhecimento científico e conhecimento social, introduzindo uma nova/velha lógica na elaboração das práticas em sala de aula. Por isso, não buscamos uma educação que cause uma ruptura com a história desses sujeitos, mas que possibilite a partir de algumas referências refletidas e estabelecer um diálogo com novos olhares e perspectivas.

Nossa proposta de trabalho investigativo, portanto, é verificar como é possível criar uma metodologia da Educação Popular do Campo, uma alternativa ao modelo da educação formal. Isso tudo, por que, a nossa sensação é que há transposição da educação da cidade para o campo. A busca de estratégias e referências teórico-metodológicas que nos ajudem na compreensão da construção das relações cotidianas traz em nosso trabalho um reconhecido projeto de produção e reflexão coletiva. Pois, buscamos meios que estimulem a criação de novos conhecimentos que possam dar significado aos valores e às práticas sociais, ao mesmo tempo em que permitam aos atores desse processo encontrar os meios para enfrentar as contradições do conhecimento acadêmico quando confrontados com suas práticas cotidianas.

É um fato que a realização do projeto de criação do “Curso” Popular do Campo Tecendo Sonhos em Espera Feliz enfrenta desafios epistemológicos e operacionais. Os desafios epistemológicos são encontrados na proposta interdisciplinar de construção de conhecimentos e na hierarquização e verticalização presentes nas dicotomias: urbano-rural, saber acadêmico e saber popular; e nas relações professor-aluno. A dificuldade em romper com um modelo enraizado de educação que condiciona todas as tentativas metodológicas alternativas e libertárias do campo, a um movimento orientado e proposto originalmente para cidade. Os desafios operacionais ocorrem em função das longas distâncias, tanto entre os estudantes quanto entre o grupo de articulação, da composição multidisciplinar da equipe pedagógica e da relação dos educandos com o

mundo do trabalho. O que na verdade identificamos com um problema, igualmente epistemológico, visto que, a necessidade da presença física se faz quase exclusivamente em todas as etapas. Sugerindo uma construção do conhecimento dependente o que difere muito da construção coletiva proposta para uma educação popular do campo.

Mesmo assim, com base nas parcerias, na construção coletiva do projeto e na busca pela autonomia dos sujeitos envolvidos, alguns desafios têm sido problematizados e superados. Identificamos um avanço na construção de uma proposta metodológica, na qual os espaços de aprendizado são alternados em momentos de formação em grupos e individualmente. Há momentos em que todos os estudantes se reúnem em espaços coletivos, em outros, se reúnem em grupos menores em comunidades e/ou municípios, e, ainda, momentos de estudo individual em sua própria residência. Essa estrutura foi construída como uma alternativa diante dos desafios operacionais, mas não se restringe à busca por essa superação. Pode-se dizer que, em certa medida, essa metodologia dialoga com os princípios da Pedagogia da Alternância - fundamentais para o ensino escolar e técnico comprometido com os valores e dinâmicas do espaço rural -, comuns, por exemplo, às Escolas-Família Agrícola e às Casas Familiares Rurais, experiências de Educação do Campo já consolidadas no Brasil.

Outro grande passo foi dado em relação à construção interdisciplinar. Os espaços de formação nos quais são reunidos todos os estudantes e professores são norteados por discussões e trabalhos interligados por eixos temáticos. Os conteúdos disciplinares são construídos a partir de eixos, em uma tentativa de não segmentar as formas de conhecimento e de aproximar o conteúdo escolar ao contexto de vida dos estudantes. O planejamento dos conteúdos a serem abordados é feito por grupos de cada disciplina. A organização dos temas, conteúdos, discussões e trabalhos durante os encontros, no entanto, é de responsabilidade de grupos interdisciplinares, em mais uma tentativa de promover o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento. Assim, faz-se necessária uma ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas.

Espera-se com essa pesquisa-ação compreender como os processos de construção do conhecimento ocorrem em diferentes escalas e perspectivas de organização socioespacial, entendendo como se estabelece esse diálogo. Além disso, verificar novas possibilidades de troca de saberes que permitam a ampliação do debate que questione os modelos formais e técnicos de educação que não respondem aos anseios e aspirações dos agricultores familiares.

O processo de pesquisa.

A trajetória de nossa pesquisa tem início nas práticas sociais desenvolvidas a partir de experiências de extensão nos movimentos sociais organizados, principalmente de trabalhadores rurais. As novas respostas e críticas aos projetos de desenvolvimento apoiadas no agronegócio redefinem a pauta de lutas dos trabalhadores do campo e sugerem novas ações sob orientação de antigos projetos. Nesse sentido, o projeto de cursinho popular proposto para os municípios de Espera Feliz, Caiana e Caparaó propõem resgatar uma proposta de educação popular *do* campo e *para* o campo sobre a orientação teórica dos projetos de educação dos movimentos de educação de base.

A pesquisa procura compreender como os (as) estudantes do cursinho pré-vestibular popular para filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, familiares, professores, movimentos sociais e universidade organizam uma proposta de educação popular, tendo em vista uma proposta que articula os conteúdos propostos pelo vestibular ao mesmo tempo em que dá significado aos saberes e as especificidades da vida cotidiana e às suas lutas em diferentes escalas.

Os trabalhadores rurais são pouco atendidos pelo poder público com o direito a educação, através da escola formal. Quando estes têm acesso à escola, esta traz consigo uma concepção centralizada em referências urbanas.

As reflexões iniciais sobre Educação Popular, baseadas em experiências nas metodologias do movimento de educação de base – MEB do início da década de 1960, associado a uma educação para liberdade como propunha Paulo Freire indicam a construção de um conhecimento síntese entre o saber social e o científico. Por isso, entendemos a legitimidade desse novo saber confrontado por duas esferas que não dialogam, nem reconhecem um novo lugar de conhecimento. Nesse novo lugar estamos considerando a escola pública e os espaços de formação que reconheçam os saberes sociais e científicos como necessários à construção de um novo saber. No entanto, quando insistimos no termo educação popular, não fazemos em contraposição à educação escolar, contrapomos sim à educação não popular. O modelo escolar construído para atender ao projeto de desenvolvimento urbano-industrial e agrário-exportador priorizou o conhecimento acadêmico em detrimento do conhecimento social e popular impondo à escola seguir as referências acadêmicas como única e exclusiva forma de saberes. Mesmo os programas de alfabetização praticados nos programas de

erradicação do analfabetismo de jovens e adultos do campo trazem, embora, a boa intencionalidade de seus agentes, uma proposta concebida por um pequeno grupo.

O nosso trabalho é tentar entender como podemos superar o modelo de educação não popular cujo projeto político tem sua origem em interesses de setores que visam à manutenção da opressão pela imposição de mecanismos exclusivos de construção do conhecimento. A educação popular, entretanto, é o encontro de dois caminhos epistemológicos: um compreendido como a prática sócio-educativa e o outro com viés sóciopolítico.

A Educação Popular não é, necessariamente, incompatível com a educação formal, diferente da educação não popular que segue uma ordem cronológica curricular disciplinar aprisionadora e impositiva. Por excelência o saber popular é interdisciplinar, por isso, qualquer proposta tem em seu processo de construção a participação popular. A interdisciplinaridade está na essência da construção coletiva do saber. O nosso objetivo, porém é investigar como essa teoria tem consistência e quais os indícios de interdisciplinaridade que comprovam e justificam a adoção de uma metodologia específica para educação popular.

A alternância educativa como proposta

A alternância enquanto prática e ação educativa aparece como uma tecnologia social de orientação profissional e de subsídio na determinação de um projeto realista de inserção sociocultural. A Alternância é entendida não apenas como meros intervalos de tempos e escalas espaciais, mas sim como a construção e a transmissão de conhecimentos em processo contínuo por meio da relação prática, teoria e prática. O que pressupõe uma formação diferenciada dos sujeitos envolvidos com essa experiência, provocados pelo formular e experimentar conhecimentos em permanente processo de interação ação, reflexão e ação.

Dentro da perspectiva conceitual da alternância encontram-se múltiplas modalidades presentes no campo educativo. Quanto à tipologia e classificações das alternâncias mencionam-se: 1) a falsa alternância ou justapositiva, que se caracteriza pela sucessão temporal de períodos consagrados a atividades diferentes em locais diferentes: trabalho e estudo. Consiste em “deixar lacunas nos cursos de formação e não estabelecer nenhuma ligação explícita entre formação e atividades práticas”. 2) alternância aproximativa ou associativa, que envolve certo nível de organização didática

na vinculação dos dois tempos da formação. Todavia, menos que uma verdadeira interação entre as atividades profissionais de estudo, a alternância associativa caracteriza-se muito mais por uma simples adição de atividades entre si, ou seja, é uma alternância que associa sem verdadeiramente religar, sem unir. E, 3) alternância real ou copulativa, que consiste em efetiva implicação, envolvimento do alternante em tarefas da atividade produtiva, de maneira a relacionar suas ações à reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas. Isso é existência de uma compenetração, uma vinculação efetiva dos meios de vida socioprofissional e escolar, em uma unidade de tempo formativo, portanto, não se trata de mera sucessão de tempos teóricos e tempos práticos (Silva, 2003; Barcheld, 1994; Gimonet, 1984; Malglaive, 1979; Bourgeon, 1979).

A distância é grande entre o conceito e a prática da alternância (Gimonet, 2007). De fato sua implementação requer dispositivos pedagógicos, isto é, uma organização de atividades, técnicas e instrumentos específicos, todavia interessa que esses permaneçam coerentes com o projeto educativo e os princípios gerais dos movimentos. É preciso então deixar para trás uma pedagogia plana e ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo da diversidade de instituições, bem como de sujeitos implicados.

Supostamente o jovem em formação não é mais um aluno na escola, mas um autor num determinado contexto de vida e num território. Sua família e movimento de referência são convidados a participar ativamente como mestres e educadores, e assim, possuem funções e papéis bem mais amplos que os docentes, que, por sua vez, são chamados a cooperar. Portanto a qualidade relacional e interdependente existente entre esses é intrínseca à eficiência da alternância.

Nas raízes e no significado de alternância, encontra-se a expressão do desejo e valorização do processo de escolarização de uma população que historicamente tem enfrentado sérias dificuldades de acesso e permanência na escola (Silva, 2003). No Brasil, o meio rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade. Esse quadro é favorecido pela escassez de escolas, além do tipo de educação oferecida à população rural em que predomina uma concepção unilateral da relação campo-cidade com difusão de valores, conhecimentos e atitudes distantes do modo de vida e da cultura popular.

A princípio, a perspectiva e o regime de alternância, possibilitam aos segmentos marginalizados pelo sistema tradicional de ensino o frequentar a escola. Isso por não afastar o/a jovem do seu meio, porque respeita a necessidade que as famílias de

agricultores familiares têm do trabalho do jovem em casa e mais do que isso; a Pedagogia da Alternância busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando. Em consonância com a Educação do Campo percebe que para se fazer uma escola do campo, é preciso o que Paulo Freire denominou leitura pessoa-mundo, ou seja, identificar as ações e as práticas sociais que são constitutivas de sua população, conhecimentos, estrutura de sentimentos, formas de compartilhar a vida, aspirações e dificuldades.

Ainda vale ressaltar [...] que as pessoas estudantes – alternantes encontram-se no centro deste complexo, pois a alternância cria também um confronto entre campos culturais. Isto é, estabelece a possibilidade de uma educação intercultural: i) de um lado a cultura de vários locais, dos diferentes territórios de onde vem educandos-alternantes e onde moram com suas famílias (intensiva ou extensiva), com sua maneira de ser, de pensar, de falar, sua linguagem, suas expressões, suas referências; ii) de outro lado, a dita cultura oficial, da sociedade mais geral com suas próprias referências, a escrita, a leitura, seu registro de língua especializada, sua cultura profissional, bem como a realidade capitalista com sua crescente desigualdade social, desemprego estrutural etc; iii) e ainda mais a cultura da escola com suas palavras, suas finalidades, seu ambiente, suas próprias referências das outras culturas, na medida em que está afastada e até em ruptura com o mundo circunvizinho. (Barbosa et alli. 2004).

Dessa forma, podemos pensar, a partir das intervenções extensionistas, os atuais vínculos com as EFAs e o Curso Popular de Espera Feliz, como rede social que estabelece relações articuladas por princípios solidariedade e sustentabilidade. Nesta rede perpassa a discussão profissional, da identidade do jovem do campo, da agroecologia, do campo, do popular e da interface da extensão e da pesquisa universitárias como facilitadora e comunicadora, de trocas de saberes e de experiências na construção de novos conhecimentos.

Bibliografia

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL: PNUD, 2000.

BARBOSA. Willer. A., LIMA, TEIXEIRA. Maria do Carmo C. Elianeide N., OLIVEIRA. Suely N. de, REIS. Cleivane P., RIBEIRO. Simone da, TEIXEIRA. Alternância educativa: saberes em Movimento. NUP/CED/UFSC, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação*. São Paulo: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 10º ed.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 19º ed.

SILVA, Lourdes Helena da. *As experiências de formação de jovens do campo*. Viçosa: UFV, 2003.

SILVA, M. S. Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo: Rompendo o Silêncio das Políticas Públicas. In: *Educação Rural - Sustentabilidade do Campo*. Feira de Santana, Bahia, 2005.